

SILVEIRA, Denis Coutinho. **Os sentidos da justiça em Aristóteles**. Porto Alegre: EDiPUCRS, 2001. 381 p.

WOLFF, Francis. **Aristóteles e a política**. 2. ed., São Paulo: Discurso Editorial, 2001. 154 p.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: Introdução à Filosofia**. 2. ed., São Paulo: Moderna, 1993. 395 p.

ARISTÓTELES. **A política**. 15. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1988. 187 p.

_____. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1989. 321 p.

BOUTROUX, Émile. **Aristóteles**. Rio de Janeiro: Record, 2000. 156 p.

BRUGNERA, Neditso Lauro. **A escravidão em Aristóteles**. Porto Alegre: EDEPUCRS, 1998. 120 p.

CASSIN, Bárbara. **Aristóteles e o lógos**. São Paulo: Loyola, 1999. 244 p.

COSTA, Nelson Nery. **Curso de ciências políticas**. Rio de Janeiro: Forense, 2001. 407 p.

MONDIN, Battista. **O homem: quem ele é?** elementos de antropologia filosófica. São Paulo: Paulinas, 1980. 319 p.

_____. **Curso de filosofia**. 9. ed., São Paulo: Paulus, 1981. 272 p.

PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luis. **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1995. 587 p.

RUBY, Christian. **Introdução à filosofia política**. São Paulo: UNESP, 1998. 203 p.

RUSSEL, Bertrand. **Obras filosóficas**. 3. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1969.

Todas as classes sociais são importantes para o desenvolvimento da cidade. Por isso, tanto ricos como pobres não tinham privilégios políticos, pois eram iguais politicamente.

O homem que é escravo por natureza não pertence a si mesmo, mas a um outro, sendo assim, não podia tomar decisões por si só, porque era dotado de pouca razão, isto é, somente o suficiente para executar as tarefas.

Fica claro o convite de Aristóteles para nós, devemos reavaliar nossa política, nossa maneira de fazer política. Desse modo, nossos governantes devem dar prioridade aos problemas da população como: educação, saúde e moradia. Itens básicos que ainda não foram solucionados e, acima de tudo, devem procurar trabalhar mais ao invés de criar lobby (convencer as pessoas a defender e votar por determinado ponto de vista) para proveito próprio, visando assim apenas seus interesses particulares e não o bem-comum.

CONCLUSÃO

Aristóteles foi o maior filósofo de todos os tempos, seu pensamento é atual, as questões apontadas ainda se fazem presentes em nossos dias.

A política faz parte da nossa vida e está presente nas organizações das quais fazemos parte, tais como: a família, a escola, a igreja, as associações, as cooperativas, o bairro. Deste modo, a política é a forma de se organizar a sociedade.

Dentro da família existem três tipos de relações, isto é, marido e mulher, pais e filhos, patrões e empregados e é natural que uns mandem e outros obedeçam.

A educação até hoje é dever do Estado e comum a todos, tanto para pobres quanto para ricos. Os conteúdos, o uniforme, o lanche são iguais para todos. A participação dos pais na ação educativa é fundamental e insubstituível.

Sem dúvida, o melhor governo é aquele no qual as pessoas encontram a melhor forma de viver feliz e também aquele que lhes garante a liberdade.

Em geral as leis e as constituições são boas, o que falta é a honestidade nos políticos e nos eleitores corruptos.

Os homens se unem para formar comunidades e satisfazer as suas necessidades intelectuais e físicas. O Estado é, portanto, uma criação natural e o homem é um animal político, pois tem tendência de viver em sociedade, em comunidade e como já dissemos, o homem não pode bastar a si mesmo estando isolado dos seus semelhantes.

A melhor maneira de adquirir riquezas é pelo trabalho. Além de honesto é também natural. A pior forma é a usura, porque visa lucro do próprio dinheiro e não é natural. Ainda hoje os agiotas emprestam dinheiro com juros exagerados. Eles usam o próprio dinheiro para explorar os necessitados tirando assim proveito para si próprios.

Desde o nascimento, certos indivíduos são destinados à submissão, outros a mandar. É natural que seja assim. É evidente, diz Aristóteles que alguns homens são por natureza livres e outros escravos. Era natural exigir dos escravos a obediência, mas jamais maltratá-los. Também era do interesse da casa exigir que os escravos fossem considerados animais domésticos, para assim, conseguir deles o maior rendimento possível.

O escravo não pode ser feliz porque sua finalidade é servir o dono na execução dos trabalhos penosos e não a de chegar àquela excelência das virtudes intelectuais e morais que constituem a felicidade (BRUGNERA, 1998, p. 105).

Os escravos estavam organizados em várias classes. Todos os trabalhadores manuais eram considerados escravos. Os artesãos viviam do trabalho de suas mãos. Como diz Aristóteles, "*a natureza faz o escravo; ela não faz o sapateiro nem qualquer outro artesão*" (ARISTÓTELES, 1988, p. 24).

A diferença que existe entre o escravo e o escravo trabalhador é extremamente funcional, porque o escravo vivia na casa do senhor, estava a serviço dele enquanto que o artesão e os demais trabalhadores manuais estavam a serviço da comunidade, isto é, de todos. O escravo serve o amo exclusivamente.

Todos aqueles que estavam envolvidos em atividades que satisfaziam a necessidade cotidiana, a esses a escravidão era por natureza, pois estavam excluídos da polis, da cidade.

Aristóteles se baseia na relação existente entre as funções da alma para justificar a existência da escravidão por natureza.

Aristóteles defende o controle ilimitado do escravo por parte do senhor. O controle se baseia numa superioridade qualitativa; o senhor está para o escravo como a alma para o corpo, e isso legitima o controle pelo senhor. Aristóteles não hesita em descrever o escravo como instrumento do senhor, sua propriedade para ser utilizado para seus objetivos racionais – a relação entre alma e corpo está novamente no pano de fundo (MORRAL, 1985, apud BRUGNERA, 1998, p. 34).

CAPÍTULO IV – A ESCRAVIDÃO POR NATUREZA EM ARISTÓTELES

Segundo Aristóteles (1988), o senhor é o ser que comanda por natureza e que pelo pensamento ele prevê, pois somente o senhor tem em si essa capacidade. Por outro lado, o escravo por natureza é capaz de executar fisicamente as tarefas concebidas pelo senhor. Isso é vantajoso para o senhor e para o escravo. Desse modo, o homem que não é por natureza dono de si mesmo, mas que pertence a outro é por natureza escravo.

Aquele que é capaz de prever com sua inteligência, é naturalmente chefe e senhor, e o que pode executar com seu corpo essas previsões é súdito e escravo por natureza; por isso, o senhor é escravo por natureza; por isso, o senhor e o escravo têm os mesmos interesses (ARISTÓTELES, 1983, apud BRUGNERA, 1998, p. 59).

Neste caso, a escravidão é conveniente e justa.

O escravo por natureza é aquele que não toma decisões por si só, porque é dotado de pouca razão, porque não possui o seu ser. Ele faz parte do amo, é como se o amo fosse sua alma, e o escravo parte animada do corpo do amo.

O escravo não podia atingir uma condição de vida que podia ter o atributo de humano. “*A natureza produziu duas raças de homens: uma para mandar e ser servida, outra para servir e ser dominada*” (BRUGNERA, 1998, p. 105).

Se a natureza produziu duas raças de homens, então o escravo é homem e faz parte da raça humana. Aristóteles justifica dizendo que o escravo não possui duas qualidades importantes que são: a faculdade de deliberar e de prever pelo pensamento, portanto, ele não é homem, pois não pensa, não raciocina. Sendo assim, ele justifica a escravidão natural pela sua suposta incapacidade de governar a si mesmo. É, pois, naturalmente escravo quem é capaz de ser do outro e assim participa da razão na medida que for suficiente para reconhecê-la, mas sem possuí-la.

relacionam com mais facilidades. “A natureza não faz nada em vão”, esse axioma significa que tudo aquilo que é natural se define por si só, pela sua própria finalidade interna. Por outro lado, é contrário à arte, porque a arte se define por sua finalidade externa, pela beleza e aparência externa.

Entre os animais, somente o homem tem uma linguagem, não no sentido moderno (conjunto de sons articulados com que o homem manifesta o que pensa ou sente). Nem igualmente no sentido medieval de *ratio* (faculdade de raciocínio). Mas no sentido de exprimir ou de comunicar por proposições e conceitos. Diferentemente de outros animais, somente o homem, animal político, social, pode conhecer e julgar, ter bom-senso, conceitos de justo e injusto, de bem e de mal.

Sociabilidade e politicidade são, então, dois aspectos correlativos de um único fenômeno: o homem é sociável e, por isso, tende a entrar em contato com os seus semelhantes e a formar com eles certas associações estáveis; porém, começando a fazer parte de grupos organizados, ele torna-se um ser político, ou seja, membro de uma polis, de uma cidade, de um estado, e, como membro de tal organismo, ele adquire certos direitos e assume certos deveres (MONDIN, 1980, p. 154).

Aristóteles diz que o homem civilizado é o melhor de todos os animais, mas aquele que não conhece a justiça nem as leis é, portanto, o pior de todos. Isso é bem verdade, conhecendo a justiça e as leis, muitos agem como selvagens, corrompendo todas as imposições que lhes são apresentadas. Por esta razão, o homem é um animal sociável:

Sozinho não pode vir a este mundo, não pode crescer, não pode educar-se; sozinho não pode nem ao menos satisfazer suas necessidades mais elementares nem realizar as suas aspirações mais elevadas; ele pode obter tudo isso em companhia dos outros (MONDIN, 1980, p. 155).

Portanto, “o homem, animal político, é o melhor dos animais e o homem a-político, o pior dos animais” (WOLFF, 2001, p. 95).

CAPÍTULO III – O HOMEM, ANIMAL POLÍTICO

No livro I da "Política", Aristóteles diz (1988) que o homem é naturalmente um animal político destinado a viver em sociedade. Isso quer dizer que na sua natureza de homem existe uma certa inclinação de viver em associações, em cidades.

O homem é um animal naturalmente político, é porque ele é um ser naturalmente "carente", e isto duplamente. Carência de alguma coisa que o leva a desejar, e carência de alguém que o leve a se associar. Sua deficiência originária faz dele um ser de necessidade e/ou de desejo, que o separa do seu bem, e é por isso que ele age em comunidade com outros e com o bem soberano no horizonte de sua ação. Sua incompletude natural faz dele um ser que tem sempre necessidade de um outro ser semelhante a ele e semelhantemente imperfeito e é por isso que ele vive em comunidade para ser com outros um ser acabado e auto-suficiente (WOLFF, 2001, p. 86).

Segundo Aristóteles (1988), o homem é um animal mais político do que qualquer outro animal gregário, isto é, que vive em bando.

Entre todos os animais, somente o homem tem o dom da palavra.

A razão pela qual o homem é um animal mais político do que qualquer abelha ou animal gregário é evidente: a natureza (...) não faz nada em vão, ora, o homem é o único entre os animais a ter o lógos. Sem dúvida, os sons vocais são o signo da dor ou do prazer, e é por isso que pertencem aos outros animais; sua natureza com efeito, se limita a ter a sensação de dor e de prazer, e significá-los uns para os outros. Mas o lógos é feito para manifestar o útil e o prejudicial, e por conseqüência o justo e o injusto; tal é com efeito o próprio dos homens em relação aos outros animais: serem os únicos a ter sensação do bem e do mal, do justo e do injusto, e do restante; ora, a reunião dessas sensações constitui a casa e a cidade (FONTES, 2000, apud CASSIN, 1999, p. 50).

São três fatores que tornam o homem virtuoso: a natureza (physis), o hábito (ethos) e razão (lógos). O homem é por natureza um ser que fala, que pensa. Ele tem tendências para a vida em sociedade e também para a vida política, isto é, os homens são falantes e pensantes por natureza, são de fato seres de comunicação, por isso formam comunidades, vivem juntos e se

Nestas oito divisões de classes parece que os ricos e pobres formam a principal divisão das classes do Estado. Visto que um precisa do outro, portanto não existe cidade ou Estado com os ricos somente e nem cidade e Estado só de pobres, e, como diz Aristóteles, "*a natureza não faz nada em vão*" (ARISTÓTELES, 1988, p. 13).

Quando falamos de igualdade, quer dizer que os ricos e pobres não têm privilégios políticos, tanto um como outro estão na mesma proporção. Os cidadãos da classe alta distinguiam-se entre si pela sua fortuna, nobreza de família, mérito e outras vantagens mais.

Segundo Aristóteles (1988), o comércio não é uma parte natural da arte de adquirir riqueza, por isso é desprezada, visto que o melhor modo de adquirir riqueza é de fato pelo trabalho e pelo uso da terra e sobretudo pela troca e não pelo empréstimo de dinheiro a juros exagerados, explorando assim os outros.

2.6. A organização das classes sociais e suas funções

As classes sociais que compõem a cidade estavam organizadas da seguinte forma:

A primeira classe era a dos lavradores, estes se ocupavam em proporcionar os alimentos para todos os cidadãos, essa classe era muito numerosa.

A segunda classe é a dos artesãos, eles se dedicavam à arte, sem a qual o Estado não podia ficar, pois ela proporcionava bem-estar e conforto.

A terceira classe é a dos comerciantes, e de todos os cidadãos que se ocupavam em vender e comprar.

A quarta classe é a dos mercenários, dos homens do mar, dos quais uns são guerreiros, outros comerciantes, outros fazem transportes, outros se dedicam a pescas.

A quinta classe é a dos guerreiros, estes devem lutar pela defesa do Estado. Visto que não é impossível encontrar no interior de uma cidade um amontoado de covardes nascidos para a escravidão, por isso os guerreiros devem possuir armas.

A sexta classe é a dos magistrados que delibera sobre os interesses gerais.

A sétima classe é a dos ricos, isto é, ela é formada por aqueles que contribuem com a sua forma para os diferentes serviços públicos. Pois um Estado não pode existir sem chefes e administradores.

A oitava classe é formada de oficiais, ministeriais e de funcionários públicos, isto é, daqueles que exercem as diversas magistraturas.

na riqueza ou no nascimento nobre; a aristocracia, esta baseia-se na virtude” (ROSS, 1987, apud SILVEIRA, 2001, p. 76).

A distribuição justa, será que realmente acontece no poder? *“Não há distribuição justa do poder; há somente poderes justos, aqueles que governam justamente, pelo bem de todos; e isso é possível, seja qual for a extensão do soberano (um só homem, vários, todos os cidadãos)...”* (WOLFF, 2000, p. 147).

A virtude moral se adquire com a repetição de atos, isto é, o indivíduo a adquire pela prática.

Segundo Aristóteles (1988), nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, isto é, nada do que existe por natureza pode ser mudado ou alterado pelo hábito. Visto que certas atitudes fazem parte da natureza do indivíduo, por mais que lute para mudá-las, não consegue. Por isso a justiça corretiva tem como finalidade restabelecer o equilíbrio de uma situação, seja ela moral ou jurídica.

A honestidade é fundamental no Estado. Portanto, se o Estado não está constituído sobre a base da honestidade, ele não pode considerar-se feliz, pois não existe Estado feliz se a honestidade dele for banida.

2.5. A arte de adquirir fortuna

Segundo Aristóteles (1988), a melhor forma de adquirir fortuna honestamente é através do trabalho e do uso da terra.

Há, como já dissemos, duas espécies de arte ou ciência da riqueza: uma, que tem comércio por objeto, outra e economia. Esta é louvável e necessária, aquela é justamente censurada, pois não se adapta à natureza, provindo do benefício das trocas recíprocas. É com justa razão que nos repugna a usura, porque ela procura uma riqueza que provém da própria moeda, a qual não mais se aplica, ao fim para o qual foi criada. Ela só foi criada para a função de troca; e a usura a multiplica por si mesma; do que se originou o seu nome, porque os seres produzidos se assemelham aos que lhes dão nascimento. O lucro é o dinheiro do dinheiro e esta é, de todas as aquisições, a mais contrária à natureza (*Ibidem*, p. 21).

- Outro para as multas contra as pessoas quer sejam públicas ou particulares;
 - Para os contratos de alguma importância particular;
 - Outro para os assassinos, ou tribunal;
 - Distingue se o homicídio foi cometido na pessoa do juiz ou de um particular;
 - Para os negociantes dos estrangeiros, quer entre eles ou contra cidadãos, e por último existiam juizes também para as pequenas causas.
- O *poder executivo*, este estava encarregado de executar as leis.

Três qualidades são necessárias aos cidadãos que se destinam às magistraturas supremas: a lealdade ao governo; grande aptidão para negócios, virtude e justiça.

2.4. Diferenças entre justiça corretiva e distributiva

Segundo Aristóteles (1988), a justiça é uma virtude moral e política, visto que ela faz parte da convivência humana com os seus semelhantes.

Primeiramente Aristóteles analisa a justiça e a injustiça no sentido universal, somente depois é que ele passa a examinar a justiça no sentido particular. Desse modo, ele faz uma dedução de duas modalidades, isto é, do modo de ser da justiça particular.

A primeira justiça distributiva é a que regula as ações da sociedade política em relação ao cidadão e tem por objetivo a justa distribuição dos bens públicos, pautando-se pelo critério da igualdade proporcional. A segunda, justiça corretiva, tem a finalidade de restabelecer o equilíbrio de uma situação moral ou jurídica, restabelecer a igualdade rompida (SILVEIRA, 2001. p. 75).

Portanto, a justiça distributiva deve dar partes iguais para as pessoas iguais.

Visto que *“na democracia a liberdade é o estandarte e todos os homens livres são considerados como iguais; na oligarquia, o estandarte reside*

Uma das características do governo democrático é a liberdade. “A democracia caracteriza-se pela liberdade e pela igualdade, e pelo fato de que o governo está nas mãos da maioria dos homens livres e dos pobres” (BOUTROUX, 2000, p. 120).

A democracia não se chamava democracia, mas sim “Isonomia” que significa “igual participação para todos os cidadãos no exercício do poder” (ARANHA, 1993, p. 65). A igual participação não é pelo poder desse ou daquele, todos podiam participar do exercício do poder.

Entre os regimes, Aristóteles dá preferência à República, porque esse regime ou constituição é dominado pela maioria e porque cria menos ressentidos e também os cidadãos obedecem às leis.

O poder não pertence a ninguém, pois os cidadãos participam do poder deliberativo (sem representante) e judiciário (sorteio) (...) se lhe refrearem os caprichos, eles obedecerão melhor à autoridade, uma vez que são membros da assembléia popular (RUBY, 1998, p. 27-28).

2.3. Os três poderes constitucionais

Esses três poderes são essenciais em todo governo, tais como: o poder deliberativo, o poder judiciário e o poder executivo.

- O *poder deliberativo* é mais relacionado aos negócios da cidade. Cabe a ele decidir sobre determinados assuntos em assembléia. Tais como: contrair alianças ou rompê-las, fazer leis ou suprimi-las, decretar pena, confisco, prestar contas aos magistrados.
- O *poder judiciário* era mais relacionado com a aplicação e organização da justiça. Havia vários tribunais e juizes, cada qual com suas funções determinadas. Ao todo havia oito espécies de tribunais e de juizes. Estes tinham as seguintes finalidades:
 - Apresentar as contas e examinar a conduta dos magistrados;
 - Outro para as administrações defeituosas (financeiramente);
 - Para os crimes de Estado ou atentados contra a constituição;

pareceria suficiente para justificar qualquer conquistador que já viveu, pois nação alguma admitirá que é destinada pela natureza a ser governada, sendo que a única prova quanto às intenções da natureza deve provir do resultado da guerra. Em cada guerra, portanto, os vencedores estão com a razão e os vencidos estão errados. Muito satisfatório isto! (RUSSEL, 1969. p. 216)

Desse modo, percebe-se que o melhor governo de fato é aquele no qual cada um encontra a melhor maneira de viver bem, viver feliz.

2.2. Classificação dos regimes políticos

Partindo do princípio de que o fim do Estado é, portanto, facilitar a ação do bem comum, Aristóteles divide as instituições em justas e injustas.

Constituições justas: monarquia, aristocracia, república ou politia.

São as que servem ao bem-comum e não só ao bem dos governantes. Tais são: a monarquia ou o governo de um só que cuida do bem de todos; a aristocracia ou o governo dos virtuosos, dos melhores, que cuidam do bem de todos, sem atribuir-se nenhum privilégio; a república ou a politia, isto é, o governo popular que cuida do bem de toda cidade (MONDIN, 1981, p. 103).

Constituições injustas: tirania, oligarquia, democracia.

São as que servem ao bem dos governantes e não ao bem-comum. São elas: a tirania ou o governo de um só que procura o interesse próprio; a oligarquia ou o governo dos ricos que procuram o bem econômico pessoal; a democracia ou o comando da massa popular que quer suprimir toda diferença social em nome da igualdade (Ibidem, 1981, p. 104).

Depois de analisar esses regimes, Aristóteles chega a concluir que o melhor regime político é, portanto, aquele que permite a plena atualização da natureza humana com a estabilidade política. Para que um regime seja totalmente político ele deve estar submetido às leis. Porém, um regime político pode ser definido como "*organização (taxis) de diversas magistraturas [ou poderes] de diversas cidades e sobretudo daquela que é soberana em todos assuntos*" (WOLFF, 2001, p. 118).

ninguém é forte o suficiente para não precisar dos seus semelhantes. Pode-se dizer que dos animais, o homem é o único dependente dos outros, uma vez que sem a ajuda do outro, certamente não sobreviveria. Sozinho não poderia nem mesmo vir ao mundo, pois a própria natureza fez com que o homem se inserisse no meio social, por isso ele é de fato um animal político, com tendências a viver em grupo, viver em comunidade.

2.1. A família e o Estado

Segundo Aristóteles (1988), a família é a primeira forma de sociedade política.

A família compõe-se de quatro elementos: os filhos, a mulher, os bens, os escravos, além, naturalmente, do chefe a que pertence a direção da família. Deve ele guiar os filhos e as mulheres, em razão da imperfeição destes. Deve fazer frutificar seus bens, portanto, a família além de um fim educativo, tem também um fim econômico. E, como ao Estado, é-lhe essencial a propriedade, pois os homens têm necessidades materiais. No entanto, para que a propriedade seja produtora, são necessários instrumentos inanimados e animados: estes últimos seriam os escravos (PADOVANI, 1995, p. 133).

O governo doméstico é uma espécie de monarquia, visto que toda família é governada por um só, isto é, o chefe da família.

Como o Estado se compõe de lares, cada um dos quais consiste numa família, a discussão de política deveria começar na família. A maior parte desta discussão se ocupa da escravidão, pois, na antiguidade, os escravos eram sempre reconhecidos como parte da família. A escravidão é conveniente e justa, mas o escravo deve ser naturalmente inferior ao amo. Desde o nascimento, certos indivíduos são destinados à sujeição; outros, a mandar; o homem que não é por natureza dono de si mesmo, mas que pertence a outro homem é por natureza escravo (1255 a 1330a). Os animais domésticos são muito melhores quando governados pelo homem, e o mesmo acontece com aqueles que são, por natureza, inferiores, quando dirigidos por seus superiores. Poder-se-ia perguntar se a prática de tornar escravos os prisioneiros de guerra é justificada; o poder, como o que conduz à vitória na guerra, parece implicar virtude superior, mas nem sempre é este o caso. A guerra, porém, é justa, quando se luta contra homens que, embora destinados pela natureza a ser governados, não querem submeter-se (1256b); e, neste caso, é implícito, seria justo tornar escravos os vencidos. Isto

CAPÍTULO II – A CONCEPÇÃO DE ARISTÓTELES SOBRE A POLÍTICA

Aristóteles estabelece seus estudos sobre os critérios de justiça e do bom governo, examinando as condições sob as quais o homem pode atingir a felicidade.

A política enquanto ciência pertence ao domínio do conhecimento prático e é de natureza normativa, pois estabelece os critérios da justiça e do bom governo, examina as condições que permitem ao homem viver bem e ser feliz.

A política (grega – Politikós) trata da organização do governo do Estado, isto é, de tudo o que diz respeito ao cidadão, ao governo da cidade, aos negócios públicos propriamente ditos.

Aristóteles em sua “Política” trata primeiramente do Estado em geral, depois sobre as constituições, isto é, as formas de governo.

A política estava centrada na polis, a cidade. Seu elemento central eram os homens livres. A cidade era para os gregos um espaço seguro, onde eles podiam dedicar-se à busca da felicidade. Portanto, o homem enquanto animal político estava inclinado a fazer parte da polis, enquanto sociedade política organizada. Sendo assim, *“nenhum cidadão [...] poderia romper seu compromisso com a continuidade da cidade à qual é destinado, da qual recebe sua educação”* (RUBY, 1998, p. 13). Desse modo, o homem animal político se define por sua vida na sociedade organizada politicamente.

Segundo Aristóteles,

é evidente que o Estado é uma criação da natureza e que o homem é por natureza um animal político. Aquele que por natureza não tem Estado é superior ou inferior ao homem, quer dizer, ou um deus ou uma fera (MONDIN, 1980, p. 117).

Isso nos leva a refletir que o homem não consegue realizar-se plenamente estando afastado da sociedade. Visto que ele é um ser social e precisa da comunidade para desenvolver-se como pessoa humana. Além disso, por mais grandioso que ele possa ser, não poderá viver isolado, porque

vestem-se com os mesmos tecidos que o pobre; qualquer que seja ele, pode com facilidade obter. Além disso, das duas maiores magistraturas o povo designa uma e participa da outra; elege os senadores e administra a euforia (ARISTÓTELES, 1989, p. 116).

A educação em Aristóteles tinha por objetivo aperfeiçoar os cidadãos por uma rigorosa formação moral, a fim de que, dessa forma, pudessem pôr em prática as condições de uma sociedade ideal.

É bom que as crianças até os cinco anos de idade estejam livres e que não façam trabalhos pesados que possam prejudicar o seu físico.

A educação, certamente, destina-se apenas a crianças que vão ser cidadãos; aos escravos, ensinar-se-á artes úteis, tais como cozinhar, mas estas não fazem parte da educação. O cidadão deveria ser moldado à forma do governo sob o qual vive; e deve haver, portanto, diferenças segundo a cidade em questão seja oligárquica ou democrática. Na discussão, porém, Aristóteles admite que os cidadãos terão alguma participação no poder político. As crianças deviam aprender o que lhes é útil, mas não o que as tornasse vulgares. Não se lhes deveria ensinar, por exemplo, nenhuma profissão que lhes deformasse o corpo, ou que lhes permitisse ganhar dinheiro. Deveriam praticar, moderadamente, o atletismo, mas não a ponto de adquirir habilidade profissional; os rapazes que se adestram para os jogos olímpicos sofrem sem sua saúde, como é demonstrado pelo fato de que aqueles que têm sido vencedores raramente o são como homens. As crianças deveriam aprender a desenhar, a fim de apreciar a beleza da forma humana, dever-se-ia também ensinar-lhes a pintura e a escultura como expressão de idéias morais. Poderão aprender a cantar e a tocar instrumentos musicais o suficiente para serem capazes de julgar criticamente a música, mas não até o ponto de se tornarem executantes exímios (excelentes), pois nenhum homem livre cantaria ou tocaria, a menos que estivesse embriagado. Deveriam, certamente, aprender a ler e escrever, apesar da utilidade destas artes. Mas o propósito da educação é a "virtude" e não a utilidade (RUSSEL, 1969, p. 224-225).

Os pais, de certo modo estavam envolvidos na educação dos filhos e, isso bem antes do nascimento. Portanto, a ação educativa dos pais, é de fato insubstituível, pois estes conhecendo as crianças, podem deixá-las mais tranqüilas e assim garantir as condições necessárias para suscitar na criança os bons hábitos. Quando as crianças são tiradas do convívio familiar e passam a conviver com estranhos é mais difícil educá-las.

A educação era dever do Estado. *"É evidente, pois, que ao legislador cabe ocupar-se da educação e que ela deve ser comum"* (ARISTÓTELES, 1988, p. 92). O Estado, portanto, deveria tratar as crianças de forma igual e não separando-as, por isso se diz que a educação é comum para todos.

Na educação das crianças, a comida é a mesma para os filhos dos ricos e para os pobres, a mesma instrução, a mesma severidade no trato; na idade seguinte, o mesmo gênero de vida quando tornam homens. O rico não tem até nenhum sinal externo que o distinga do pobre; ambos comem da mesma carne as refeições públicas,

organize, que dê ordem, que os ajude a manter o equilíbrio e assim possam buscar o bem-comum e, conseqüentemente, a felicidade.

Na casa, é natural que marido e mulher se relacionem e que o chefe da família dê ordens à esposa e que esta obedeça. Visto que são seres livres e iguais, mas incompletos, um precisa do outro, para a procriação. Parece que duas coisas favoreciam o homem, pois além de macho era mais velho.

Era normal que o escravo vivesse na casa, já que este fazia parte da família. O relacionamento entre o senhor e o escravo era de seres livres e não livres. Portanto, o escravo somente executava as tarefas que o senhor lhe dava para fazer. É natural também que uns mandem e outros obedeçam.

A relação que existe entre pai e filhos é uma relação mais nobre, e essa relação se dá com seres livres e desiguais, isto é, a criança não tem liberdade de escolha, são os pais que fazem as escolhas e tomam decisões para elas.

Poderíamos classificar esses poderes da seguinte forma.

- O poder que é exercido sobre seres livres e iguais: poder do marido sobre a mulher, poder político;
- O poder que é exercido sobre seres livres e desiguais: poder do pai sobre a criança, poder régio;
- O poder que é exercido sobre seres não livres: o poder do senhor sobre o escravo, poder despótico (WOLFF, 2001, p. 64).

Aristóteles é um tanto equivocado, pois deixa transparecer o machismo que havia em sua época. Ele diz "*Naturalmente o homem é mais destinado a mandar que a mulher (...), como o ser mais velho e mais perfeito deve ter autoridade sobre o ser incompleto e mais jovem*" (Aristóteles, 1988, p. 23). A mulher era livre e igual, porém não tinha autoridade para deliberar.

1.2. Discussão sobre educação infantil

Segundo Aristóteles (1988), a perfeita educação para a criança inicia-se antes mesmo de seu nascimento, isto é, deve ser iniciada na gravidez, pois a mãe deve alimentar-se bem para que a criança nasça saudável.

homem se distingue dos outros animais pelo fato de que possui sentimentos do bem e do mal, do justo e do injusto, isso não ocorre nos outros animais porque eles não possuem essa capacidade racional. É verdade que os outros animais sentem dor, mas eles não têm capacidade de distinguir se é bom ou mau.

Por outro lado, percebe-se que é a comunicação destes sentimentos que constitui a família e o Estado. É evidente que a cidade e o Estado são anteriores ao indivíduo e que o indivíduo separado dos outros não se basta a si mesmo. Isso acontece também com as demais partes com relação ao todo, e aquele que não pode viver em sociedade, ou não necessita de nada para sua própria subsistência, não é membro da cidade, mas sim um bruto ou um deus. Pois o homem perfeito é o melhor dos animais, mas afastado da lei e da justiça é o pior de todos. Então a associação de várias famílias forma uma aldeia, a associação de várias aldeias forma a cidade.

1.1. As relações de poder que constituem a família

A família era composta de quatro elementos: os filhos, a mulher, os bens e os escravos.

Na casa vamos encontrar três tipos de relações: amo e escravo (...), marido e mulher (...) e pai e filho (...). Na administração doméstica, é necessário que haja instrumentos para o bem-estar das pessoas, e esses instrumentos podem ser animados ou inanimados. Os instrumentos inanimados servem para a produção, e os animados servem para a ação, a fim de assegurar a vida em geral. Desse modo, o escravo é uma parte da administração doméstica e inclui-se como instrumento animado. E como a parte, obrigatoriamente, pertence ao todo, o escravo pertence a seu senhor, ao seu amo (BRUGNERA, 1998, p. 62).

O senhor é por natureza aquele que comanda e o escravo é aquele que executa as tarefas domésticas.

Para explicar os tipos de relações de poder que constituem a família, Aristóteles toma três tipos de relações como exemplo. É evidente que o Estado é composto de uma sociedade de família, e que esta é constituída de muitos membros, sendo assim, a família precisa de alguém que os

CAPÍTULO I – A FORMAÇÃO DA CIDADE EM ARISTÓTELES

Segundo Aristóteles (1988), a formação da polis, a cidade, decorre da própria natureza, pois o homem sendo incapaz de sobreviver isolado dos outros, procura viver em sociedade para satisfazer suas necessidades, pois aquele que por natureza não tem Estado, é superior ou inferior ao homem.

Aristóteles (1988) diz no começo do livro I da "Política" que toda associação tem por objetivo a busca de algum "bem", visto que o homem em si, só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem.

Aristóteles define a cidade como um agrupamento animal, isto é, a família que se reúne pelo sangue e a aldeia, agrupando os vizinhos e formando assim uma comunidade maior. Visto que as duas espécies de agrupamento têm os mesmos interesses e funções, o da sobrevivência. Essa associação é natural porque é uma criação da natureza. Esses dois agrupamentos de indivíduos, cada vez mais vão crescendo e formando várias aldeias e povoados. Com a junção destes, forma-se uma cidade perfeita, possuindo assim todos os meios de se bastar a si mesmo e tendo atingido o fim de toda associação nascida unicamente da necessidade de viver, isto é, ela subsiste para uma vida feliz.

Toda cidade é, portanto, fato da natureza, sendo esta formadora de todas as comunidades. Portanto, a cidade ou sociedade civil, é o fim das associações. Ora, a natureza dos seres está no seu fim, porque o Estado em que cada ser vem a encontrar-se, desde o momento de seu nascimento até o seu perfeito desenvolvimento, é aquilo a que chamamos natureza deste ser, isto é, a natureza do ser homem, do cavalo, da família. O fim para o qual cada ser foi criado é para aquele ser, o que ele possui de mais lucrativo. Porém, a condição de se bastar a si mesmo é o fim de todo ser e aquilo que de melhor existe para ele.

É evidente que nesta base, a cidade é um fato da natureza, e que o homem, sendo por natureza, um animal político, é o único animal social que possui logos, ou seja, o homem sendo um animal político social, é o único animal entre todos a ser dotado de razão, pois ele é o único que tem capacidade de falar de maneira sensata e de refletir sobre seus atos. O

A política, por sua vez, trata da organização do governo do Estado e de tudo o que diz respeito aos negócios públicos.

Os regimes políticos são classificados em justos e injustos. Os justos são aqueles que servem ao bem-comum e não apenas ao bem dos governantes, tais como: a monarquia, a aristocracia, a república ou política.

Os injustos são aqueles que servem somente ao bem dos governantes e não ao bem comum, tais como: tirania, oligarquia e democracia.

O melhor regime político é aquele que permite a plena atualização da natureza humana com a estabilidade política, isto é o melhor governo é de fato aquele no qual o indivíduo encontre a melhor maneira de viver feliz. Para que um Estado funcione bem é necessário três poderes, esses de fato são essenciais em todos os governos, tais como: o poder deliberativo, judiciário e executivo.

A justiça seja ela corretiva ou distributiva, todas são importantes, mas no poder não existe distribuição justa. O que realmente pode existir é poderes justos e pessoas que governam com justiça pelo bem de todos.

A melhor forma de adquirir riqueza é através do trabalho, além de honesto é também natural. E a pior forma é através da usura, pois tirar lucro de forma exagerada vai contra a natureza.

As classes sociais estavam organizadas em oito classes, os pobres e os ricos formavam a principal divisão das classes do Estado. Aqui eram todos iguais, isto é, pobres e ricos não tinham privilégios políticos. Neste sentido, podemos dizer que eram iguais.

O homem, animal político, isso quer dizer que na sua natureza de homem, existe uma certa inclinação de viver em associações.

O escravo por natureza é aquele que não toma decisões por si só, porque é dotado de pouca razão e não possui o seu ser, isto é, ele é o corpo do amo e o amo é a sua alma. O escravo não possui duas qualidades importantes que são: a faculdade de deliberar, ou seja, ele não tem autoridade e não pode prever pelo pensamento, portanto, ele não é homem.

INTRODUÇÃO

Aristóteles nasceu em Estagira, na Grécia em 384 a. C. Seu pai Nicômaco, era médico, trabalhava na corte do Rei Amintas, pai de Filipe II da Macedônia. Aos dezoito anos de idade, Aristóteles ingressou na Academia de Platão. Em 343 a. C. ele foi convidado para ser preceptor de Alexandre o Grande. Em 335 a. C. ele voltou para Atenas. Casou-se com Pítias, sobrinha e filha adotiva de Hermias, com quem teve uma filha, Pítias, com o mesmo nome da mãe. Mais tarde, Aristóteles casou-se novamente e teve um filho com a segunda esposa Herpilis, ao qual deram o nome do avô. Talvez essa tenha sido a forma que Aristóteles encontrou para homenagear seu pai Nicômaco.

Após a morte de Alexandre o Grande, Aristóteles foi perseguido e teve que refugiar-se em Cálcis, na Eubéia. Dizia que não queria dar aos atenienses ocasião para pecarem uma segunda vez contra a Filosofia, pois a primeira vez fora com relação à morte de Sócrates. Ele morreu aos 68 anos de idade por volta do ano 322 a. C.

Pela sua amplitude do saber e pela sua generalização, Aristóteles foi sem dúvida, o maior filósofo de todos os tempos.

A política em Aristóteles se divide em quatro capítulos elaborados de maneira simples e clara, onde busquei apontamentos para a melhor compreensão sobre o pensamento político deste pensador.

A formação da polis, a cidade decorre da própria natureza, pois o homem sendo incapaz de viver sozinho, procura viver em sociedade para realizar seus desejos visto que ele não pode bastar a si mesmo.

A família é a primeira organização política. Nela, vamos encontrar três tipos de relações: amo e escravo, marido e mulher, pai e filhos. O governo doméstico é uma espécie de monarquia, visto que toda família é governada por um só, isto é, o chefe da família.

A educação além de ser dever do Estado, os pais tinham uma participação fundamental e insubstituível, pois a educação perfeita para a criança era iniciada na infância, com base numa boa alimentação. A educação era igual para todos, ricos e pobres.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo I – A formação da cidade em Aristóteles	8
1.1. As relações de poder que constituem a família.....	9
1.2. Discussão sobre educação infantil	10
Capítulo II – A concepção de Aristóteles sobre a política	13
2.1. A família e o Estado	14
2.2. Classificação dos regimes políticos.....	15
2.3. Os três poderes constitucionais	16
2.4. Diferenças entre justiça corretiva e distributiva	17
2.5. A arte de adquirir fortuna.....	18
2.6. A organização das classes sociais e suas funções.....	19
Capítulo III – O homem, animal político	21
Capítulo IV – A escravidão por natureza em Aristóteles	23
Conclusão	25
Referências bibliográficas	27

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Ana Celma da Silva

POLÍTICA EM ARISTÓTELES

Data da apresentação: 24/06/2005

Nota: 9,8

José João Neves Barbosa Vicente

professor-orientador

Rubiataba, 2005

‘O político por vocação é um apaixonado pelo grande jardim para todos. Seu amor é tão grande que ele abre mão do pequeno jardim que ele poderia plantar para si mesmo. [...] Escrevo para vocês jovens, para seduzi-los à vocação política, talvez haja jardineiros adormecidos dentro de vocês.’

Rubem Alves

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho não é fruto somente do esforço individual, mas também coletivo. Diversas pessoas colaboraram, de uma maneira ou de outra.

Agradeço primeiramente a Deus, às Irmãs Filhas da Cruz, aos meus familiares, aos professores do curso de Filosofia da FACER, em especial, ao professor José João Neves Barbosa Vicente, pela orientação desta dissertação e pelo exemplo de dedicação e rigor na pesquisa do conhecimento filosófico.

Ana Celma da Silva



POLÍTICA EM ARISTÓTELES

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito para conclusão da graduação em Filosofia, sob a orientação do professor José João Neves Barbosa Vicente.

S. 30720

Tombo nº	10527
Classif.:
Ex.:	1.....
.....
.....
Origem:	d.....
Data:	09-09-05.....

Centro de Ensino Superior de Rubiataba – CESUR
Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba – FACER

POLÍTICA EM ARISTÓTELES

Ana Celma da Silva

2005